Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

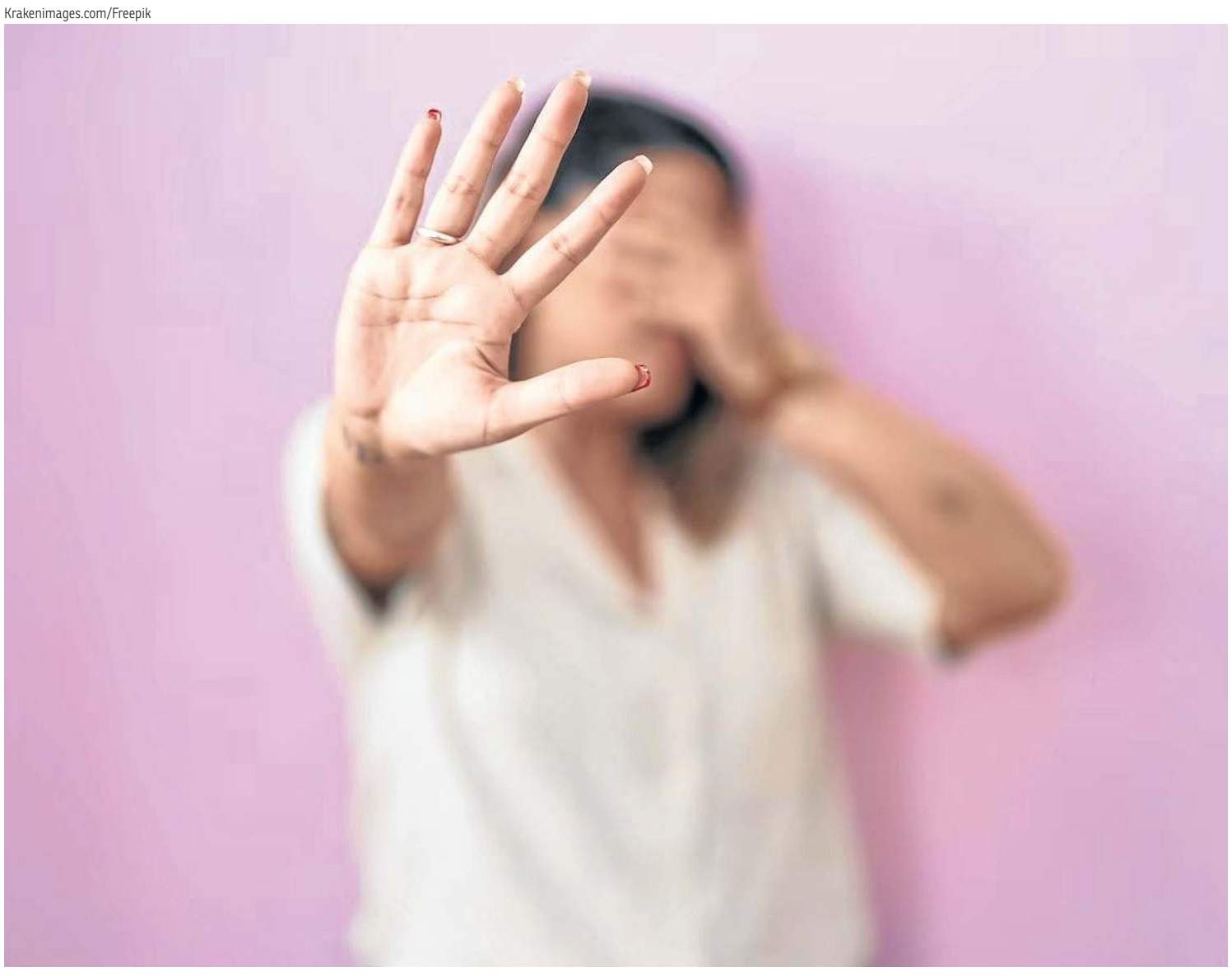
SOCIEDADE

Violência doméstica dispara em 9 meses

País registrou 945.015 casos de janeiro a setembro, superando o total anual de 2020 a 2023. SP lidera entre os estados

» ALÍCIA BERNARDES

Krakenimages.com/Freepik



Justiça já concedeu 521.404 medidas protetivas neste ano, e negou outros 70.384 pedidos. Vítima espera, em média, dois dias até a decisão

O Brasil registrou 945.015 casos de violência doméstica entre janeiro e setembro de 2026. O número é o maior já registrado para os nove primeiros meses do ano, e supera os totais anuais contabilizados entre 2020 e 2023. Os dados são do painel de violência contra a mulher do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com informações da Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (DataJud), atualizadas até 30 de setembro.

O levantamento mostra que os registros vêm crescendo nos últimos anos. Em 2020, foram 597.824 casos. Em 2021, o número subiu para 692.620, e chegou a 755.098 em 2022. No ano seguinte, foram 916.790 ocorrências. Já em 2024, o país ultrapassou a marca de 1 milhão de registros, com 1.014.792 casos. Em 2025, o total chegou a 1.133.894.

A comparação entre os mesmos períodos também chama a atenção. Nos nove primeiros meses de 2024, foram registrados 755.126 casos. Em 2025, o número passou para 842.927. Neste ano, o total chegou a 945.015, uma alta de aproximadamente 12,1% em relação ao mesmo intervalo do ano passado. Mesmo faltando três meses para o fim de 2026, o país já acumula um volume expressivo de ocorrências. A projeção é, portanto, de um novo recorde anual.

São Paulo aparece na primeira posição entre os estados, com 158.178 registros até setembro. Na sequência estão Paraná, com 94.690 casos, e Minas Gerais, com 83.762. Os números mostram a dimensão do problema nas diferentes regiões do país e reforçam a importância de políticas de prevenção, acolhimento e proteção às mulheres que sofrem violência.

O painel do CNJ também traz informações sobre as medidas protetivas concedidas às vítimas. Até setembro, foram contabilizadas 837.330 movimentações relacionadas a esse tipo de decisão. Desse total, 521.404 medidas foram concedidas e 70.384, negadas. Outras 172.606 foram revogadas e 70.959, prorrogadas. O levantamento registra ainda 849 medidas homologadas depois de concessão por autoridade policial.

Outro dado que chama atenção é o tempo de espera da vítima pela primeira medida protetiva. Segundo o painel, a média entre o início do processo e a primeira decisão foi de dois dias. Esse tipo de proteção é previsto na Lei Maria da Penha e pode incluir o afastamento do agressor, a proibição de aproximação da vítima e restrições de contato. A rapidez na concessão é importante para evitar que a mulher continue exposta a ameaças e agressões.

Mortes

Os dados sobre violência doméstica também ajudam a dimensionar o cenário de agressões contra mulheres, mas não devem ser confundidos com os registros de feminicídio. Os assassinatos de mulheres por razões relacionadas à violência doméstica e familiar ou ao menosprezo e à discriminação da condição feminina não entram na contabilização do DataJud apresentada pelo CNJ. São indicadores diferentes, que precisam ser analisados separadamente.

Em São Paulo, por exemplo, o cenário dos feminicídios apresenta diferenças conforme o período e a área analisada. No estado, foram registrados 107 casos entre janeiro e abril de 2026, o maior número para os quatro primeiros meses desde 2018. Foram 27 ocorrências em janeiro, 30 em fevereiro, outras 30 em março e 20 em abril.

Na capital paulista, porém, os dados mais recentes apontam uma queda. Entre janeiro e setembro, foram registrados 38 feminicídios, contra 47 no mesmo período de 2025, uma redução de 19,1%. Ao mesmo tempo, as prisões relacionadas à violência doméstica aumentaram. Segundo a Secretaria da Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP), foram 2.881 prisões nos nove primeiros meses deste ano, ante 2.114 no mesmo intervalo do ano passado, uma alta de 36,3%.

A diferença entre os números da capital e do estado mostra que a violência contra a mulher não apresenta o mesmo comportamento em todos os lugares. Também reforça que a queda de um indicador específico não significa, necessariamente, que o problema esteja diminuindo como um todo.

A delegada Cristiane Braga, coordenadora das 21 Delegacias de Defesa da Mulher que atuam na Grande São Paulo, reconhece que "ainda há muito a avançar" no combate à violência doméstica, mas destaca o atendimento especializado oferecido pelas delegacias. "Nosso compromisso é garantir que essas mulheres encontrem apoio, segurança e uma rede preparada para interromper o ciclo de violência e prevenir novos casos", declarou a delegada.

O levantamento do CNJ considera processos relacionados a diferentes formas de violência contra a mulher, como agressões físicas, violência psicológica e crimes previstos na Lei Maria da Penha. Como os dados são baseados em registros judiciais, eles não representam, necessariamente, todas as situações de violência que acontecem no país, já que muitas vítimas não chegam a denunciar os agressores ou procurar a Justiça, inclusive, por medo.

As medidas protetivas são uma das principais ferramentas para tentar interromper esse ciclo de violência. No entanto, especialistas costumam destacar que a proteção não termina com a decisão judicial: é necessário garantir que as determinações sejam cumpridas, e que as vítimas tenham acesso a uma rede de apoio capaz de oferecer segurança e acompanhamento.

Casos por ano

2020	597.824
2021	692.620
2022	755.098
2023	916.790
2024	1.014.792
2025	1.133.894
2026 (parcial)	945.015

ACIDENTE NOS EUA

Copilota de jato era de família brasileira

» NATHALLIE LOPES

Reprodução/threads



Nathalia Gadelha Filgueiras, de 20 anos, está entre os nove mortos da queda

A copilota do jato particular que caiu e explodiu na Flórida, Estados Unidos, no domingo, era Nathalia Gadelha Filgueiras, de 20 anos. A família da jovem é brasileira, mas mora no estado norte-americano, onde Nathalia nasceu. A identidade da copilota foi revelada por sua mãe ao jornal *New York Post*.

A jovem mantinha uma conta no TikTok na qual publicava vídeos relacionados à aviação. As imagens mostram momentos de sua rotina como piloto, atividade que começou ainda na adolescência.

Nathalia obteve a licença de piloto privado aos 17 anos, enquanto ainda cursava o ensino médio, antes mesmo de obter a carteira de habilitação. Ela estudou aviação na Flórida, tinha o objetivo de seguir carreira como piloto comercial e já acumulava 1.300 horas de voo.

Nathalia completou 20 anos em 31 de janeiro e postou na sua conta do Threads: "Obrigado a Deus por mais um ano! Mal posso esperar para ver o que este trará", escreveu, com fotos da comemoração. Ela costumava compartilhar, também, suas viagens pela rede social e em uma delas, a jovem aparece pilotando ao lado do namorado.

Tragédia

A queda do Learjet 60 deixou nove mortos, incluindo Nathalia. Estavam a bordo o empresário Adam Robinson, de 45 anos; sua esposa, Helen Sharp, de 40; os filhos Emma, de 4 anos, e Charlie, de 2; a babá Anita Maria Apellido Cetina; Rachael Reed e Charmi Fehr, amigos do casal; e o piloto, Jeff Gregory, de 55 anos. Os nomes foram revelados por familiares.

O local da queda fica a poucos quilômetros de Mar-a-Lago, residência do presidente americano, Donald Trump. Ele esteve hospedado na mansão horas antes do acidente.

O jato particular havia decolado do Aeroporto Internacional de Austin-Bergstrom, no Texas, com destino às Bahamas, conforme informou a Administração Federal de Aviação (FAA).

Informações preliminares apontam que, ao sobrevoar a Flórida, a aeronave encontrou tempestades. Um áudio divulgado mostrando a comunicação entre os pilotos e a torre de controle aponta que a tripulação enfrentou "turbulência moderada" e relatou acúmulo de gelo no jatinho. Em seguida, o avião caiu rapidamente em direção ao solo, e os pilotos disseram não ter controle sobre o equipamento.

Não há, contudo, confirmação sobre as causas do acidente, e a investigação está em andamento.

SAÚDE

Implanon passa a valer por cinco anos

» RAFAELA BOMFIM

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ampliou de três para cinco anos o período de uso do Implanon NXT, implante contraceptivo hormonal inserido sob a pele do braço. Também aprovou o uso imediatamente após o parto e após casos de aborto.

Estudos clínicos demonstraram a eficácia do mediamento no quarto e no quinto ano após a aplicação. No principal levantamento apresentado à agência, não foram registradas gestações durante o período estendido.

Para a ginecologista Diney Albuquerque, do Hospital Mantevida, o Implanon se destaca pela eficácia e pela praticidade. "É um dos métodos contraceptivos mais eficazes disponíveis, com eficácia superior a 99%. Ele libera continuamente o etonogestrel, hormônio que inibe a ovulação e também torna o muco do colo uterino mais espesso, dificultando a passagem dos espermatozoides", explica.

O dispositivo é um pequeno bastão flexível colocado sob a pele, geralmente na parte interna do braço não dominante. Uma das principais vantagens do método é não depender de uma ação diária da usuária, como ocorre com a pílula anticoncepcional.

"Na prática, apresenta eficácia superior à dos anticoncepcionais orais e comparável à dos DIUs e da laqueadura. Além disso, é um método reversível, de longa duração e com excelente segurança contraceptiva", afirma Diney Albuquerque.

Quem já usa o medicamento deve buscar orientação médica para prolongar ou não o uso. Apesar da eficácia, o método pode provocar efeitos colaterais em algumas mulheres, como alteração do padrão menstrual, acne, dor de cabeça, sensibilidade nas mamas, alterações de humor e variações de peso.